

Segunda-Feira, 08 de Dezembro de 2025

## **Executivo envia LDO 2026 à ALMT com previsão de receita de R\$ 39,8 bi**

**LDO 2026 na ALMT!**

Redação

Já está tramitando na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, encaminhado pelo Poder Executivo. A proposta, que estabelece as bases para a elaboração do orçamento estadual, foi lida em plenário na sessão ordinária da última quarta-feira (4).

A LDO 2026 projeta uma receita total de R\$ 39,886 bilhões, representando um crescimento de 4,66% em relação a 2025, que teve receita estimada em R\$ 38,032 bilhões. As despesas também estão fixadas em R\$ 38,032 bilhões, buscando equilíbrio fiscal. Para renúncia fiscal, o montante previsto é de R\$ 11,63 bilhões.

Um dos destaques do projeto é o percentual previsto para a Revisão Geral Anual (RGA), estimado em 4,56%, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que será apurado no início de 2026.

O Projeto será debatido em duas audiências públicas: a primeira, no dia 7 de julho, será conduzida pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR); a segunda, no dia 14 de agosto, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO).

Entre os anexos que integram o PLDO estão:

Anexo de Metas e Prioridades

Anexo de Metas Fiscais

## Anexo de Riscos Fiscais

### Adendo do Quadro Fiscal de Médio Prazo

### Adendo do Marco Orçamentário de Médio Prazo

### Adendo da Renúncia da Receita

### Adendo dos Concursos

O Anexo de Metas e Prioridades aponta os programas e ações estratégicas do governo para 2026, enquanto o de Metas Fiscais traz projeções detalhadas de receitas, despesas, resultados fiscais e endividamento. Já o Anexo de Riscos Fiscais elenca eventos que podem comprometer as contas públicas, desde variações macroeconômicas até riscos jurídicos e administrativos.

O Adendo do Quadro Fiscal de Médio Prazo estabelece metas agregadas e limites de despesa, e o Adendo do Marco Orçamentário busca garantir previsibilidade para os investimentos e políticas públicas prioritárias do Estado.

No que se refere à renúncia fiscal, o documento apresenta uma análise detalhada por tributo, setor econômico e região de planejamento para os anos de 2026, 2027 e 2028. Para 2026, a renúncia estimada é de R\$ 11,63 bilhões.

O Adendo do Concurso, por sua vez, apresenta a previsão de concursos públicos para o próximo exercício, respeitando os limites legais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) e da legislação estadual complementar.

Em sua justificativa, o Governo do Estado destaca que o projeto está alinhado com os cenários político, econômico e social, refletindo a realidade fiscal de Mato Grosso. “A gestão fiscal responsável e o reequilíbrio das finanças públicas sustentam o processo de renovação, expansão e aprimoramento dos serviços públicos, viabilizando investimentos e a melhoria da qualidade de vida da população mato-grossense”, afirma o Executivo.